



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

193  
R

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**  
PROCESSO Nº: **0331050-9**  
AGRAVANTE: **SUL AMÉRICA COMPANHIA SEGURO SAÚDE**  
AGRAVADO: **GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA:**

**AGRAVOS REGIMENTAIS EM DECISÃO TERMINATIVA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO LEGAL. PROVIMENTO PARCIAL DO AGRAVO EM SUA FORMA INSTRUMENTAL APENAS PARA SOBRESTAR O ANDAMENTO DO PROCESSO. DETERMINAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARA TODOS OS CASOS EM QUE O CONTRATO FOI PACTUADO ANTES DO ESTATUTO DO IDOSO (LEI 10.741/03). CONTRATO SEGURO DE SAÚDE. LIMINAR DE PISO EXCLUINDO OS REAJUSTES ABUSIVOS DOS PLANOS DOS IDOSOS, POIS SUPERARAM OS PERCENTUAIS AUTORIZADOS PELA ANS – LIMINAR MANTIDA. NEGO PROVIMENTO AOS AGRAVOS.**

1. Foi pactuado um contrato de plano de saúde entre as partes, dentre os beneficiários/contratantes, estão dois idosos. O entendimento uníssono dos Tribunais é no sentido de ser abusivo o aumento demasiado da contribuição do plano de saúde em razão da idade;
2. O pacto em questão fora firmado no ano de 1992, isto é, antes da entrada em vigor do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03);
3. A ministra Ellen Gracie manifestou-se pela existência da Repercussão Geral deste tema contido no Recurso Extraordinário (RE) 630852, interposto no Supremo Tribunal Federal (STF);
5. Recursos não providos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes Recursos de Agravo Regimental nº 0331050-9, em que ambas as partes são Agravantes, à unanimidade, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal

Fórum Thomaz de Aquino, 2º andar, sito a Av. Martins de Barros, 593 – Bairro de Santo Antonio - 4  
Recife - PE - CEP 50.010-230 - Fone: 3419.3622. \*13



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

de Justiça de Pernambuco, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Agravo, na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05.2014.

**Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

195  
P

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**  
PROCESSO Nº: **0331050-9**  
AGRAVANTE: **SUL AMÉRICA COMPANHIA SEGURO SAÚDE**  
AGRAVADO: **GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO:**

Ambas as partes interpuseram Recurso de Agravo Regimental em face da decisão terminativa desta relatoria que deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela seguradora apenas no que pertine ao sobrestamento do feito originário. Tal Agravo de Instrumento foi manejado para oferecer resistência à decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 9ª Vara da Comarca do Recife-PE, que determinou a exclusão dos reajustes abusivos nas mensalidades dos idosos Givaldo Guimarães Batista e Cacilda Albuquerque Guimarães, pois superaram os percentuais autorizados pela ANS. Ainda determinou manutenção da cobertura total do contrato, abstendo a Seguradora de proceder com as cobranças dos valores superiores aos reajustes autorizados pela lei, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Irresignada com a decisão, a SUL AMÉRICA COMPANHIA SEGURO SAÚDE, em suas razões do Agravo Regimental, sustentou ser plenamente legal e cabível o reajuste da mensalidade do plano de saúde, colacionou diversas jurisprudências e, ao final, sustentou que existe divergência jurisprudencial do caso. Prequestionou a matéria e pugnou pelo provimento do recurso em tela.

Já a GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA interpôs Recurso de Agravo Regimental sustentando, em suma, que o sobrestamento do processo resultará em danos irreparáveis aos idosos. Ao final, pugnou pelo provimento do recurso.

**É o relatório.**

**Recife,**

29.05.2014

**ITABIRA DE BRITO FILHO**

**- Relator -**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

196  
Q

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**  
PROCESSO Nº: **0331050-9**  
AGRAVANTE: **SUL AMÉRICA COMPANHIA SEGURO SAÚDE**  
AGRAVADO: **GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO:**

---

Ao analisar e reanalisar as suscitações perpetradas, verifico que não encontro nenhum fato/motivo que possa alterar o entendimento pretérito deste juízo.

Fora pactuado um contrato de plano de saúde entre as partes, dentre os beneficiários/contratantes, estão dois idosos que foram beneficiados antecipadamente, conforme narrado no relatório acima.

Renovo que o contrato em questão fora firmado no ano de 1992, isto é, antes da entrada em vigor do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

A alegação de que há divergência jurisprudencial no presente caso é vazia, pois não existe qualquer desarmonia nas decisões, apenas alguns posicionamentos que afirmam que cabe ao judiciário a análise de tais aumentos, considerando-os abusivos ou não. O entendimento uníssono dos Tribunais é no sentido de ser abusivo o aumento demasiado da contribuição do plano de saúde em razão da idade. O TJRS considerou o idoso um consumidor duplamente vulnerável ao avaliar que ele necessita de "*uma tutela diferenciada e reforçada*".

Conforme dito alhures, a ministra Ellen Gracie manifestou-se pela existência da Repercussão Geral deste tema contido no Recurso Extraordinário (RE) 630852, interposto no Supremo Tribunal Federal (STF). Neste RE, uma Cooperativa de Serviços de Saúde sustentou que a aplicação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) em contrato de plano de saúde firmado antes de sua entrada em vigor viola o ato jurídico perfeito (artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal).



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

A relatora verificou que a questão contida no Recurso Extraordinário apresenta relevância do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, nos termos do parágrafo 1º do artigo 543-A do Código de Processo Civil (CPC). "É que o assunto alcança, certamente, grande número de idosos usuários de planos de saúde".

Logo, os andamentos desses processos nas instâncias inferiores devem ficar suspensos para aguardar a decisão do Supremo. É a devida prudência para se garantir isonomia às decisões. Nesse diapasão, apreciemos decisão:

**PROCESSO - MATÉRIA DE FUNDO REPERCUSSÃO GERAL. ORGANICIDADE DO DIREITO INSTRUMENTAL. SOBRESTAMENTO.** Uma vez constatada a admissibilidade da repercussão geral da matéria em discussão, cumpre sobrestar autos e processos que a envolvam, pouco importando a pendência deste ou daquele recurso. (RE 511696 MG. Min. RICARDO LEWANDOWSKI. Julgamento 01/02/2011. Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJe - 073 DIVULG 15-04-2011 PUBLIC 18-04-2011 EMENT VOL-02505-01 PP-00089. Parte(s): MIN. MARCO AURÉLIO. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI).

Por isso, *in casu*, mais uma vez ressalto que foi comprovada a existência de repercussão geral da matéria em debate. Levando-se em conta que o STF aguarda julgamento do Recurso Extraordinário representativo da controvérsia atinente ao caso em tela, tombado sob nº 630852, por isso, continuo a entender pelo sobrestamento do processo entabulado no 1º grau até o pronunciamento definitivo do Pretório Excelso acerca da controvérsia. Não obstante, no resto, tenho que se perpetuem os efeitos da liminar concedida no primeiro grau, o que beneficiou, de plano, os idosos.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo **NÃO PROVIMENTO** dos recursos de Agravo interpostos, mantendo, em todos os termos, a decisão terminativa prolatada no Agravo de Instrumento.

Recife, 29.05.2014

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**

- Relator -